

Brasília, 29 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Estado de Minas - Online

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Tive uma ideia: como registrar a patente de uma invenção no Brasil?	3
--	----------

Migalhas

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Patentes, segurança jurídica e reindustrialização: Brasil e inovação	4
---	----------

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Patentes pipeline: Conclusão do regime e reflexos para a indústria	6
---	----------

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.358	8
--------------------------------	----------

MSN Notícias

Quarta-feira, 27 de maio de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

EMS mira mercado bilionário com versão sintética do Ozempic no Brasil	13
--	-----------

Terra - Notícias

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Direitos Autorais

CNN processa Perplexity por distribuição ilegal de conteúdo	14
--	-----------

Revista Globo Rural Online

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Cafés do Circuito das Águas conquistam selo de Indicação Geográfica em SP	15
--	-----------

Zero Hora - Últimas Notícias

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Região de Machadinho conquista primeira Indicação Geográfica de erva-mate do R... ..	16
---	-----------

Tive uma ideia: como registrar a patente de uma invenção no Brasil?



Transformar uma grande ideia em um negócio protegido começa com um passo fundamental: o registro de patente. No Brasil, o processo é centralizado no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** e garante ao inventor o direito exclusivo de explorar sua criação por um tempo determinado - 20 anos para Patentes de Invenção (PI) e 15 anos para Modelos de Utilidade (MU). O caminho pode parecer complexo, mas entender as etapas é a chave para o sucesso.

Antes de iniciar, é fundamental verificar se sua criação atende aos três requisitos básicos exigidos por lei para ser patenteável. A invenção precisa apresentar novidade, ou seja, não pode ter sido tornada pública em nenhum lugar do mundo antes da data do depósito do pedido.

Também deve ter atividade inventiva, o que significa que não pode ser uma solução óbvia para um técnico no assunto. Por fim, é exigida a aplicação industrial, de modo que a invenção possa ser fabricada ou utilizada em qualquer tipo de indústria.

Quanto custa e quanto tempo leva?

Antes de iniciar o processo, é importante ter uma expectativa realista sobre custos e prazos. A taxa para o depósito do pedido, por exemplo, pode partir de R\$ 70, pois pessoas físicas, microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e startups têm direito a descontos de até 60% nas taxas do **INPI**. O processo não é rápido: após o depósito, o pedido leva em média 18 meses para ser publicado, e o exame técnico pode levar de 2 a 7 anos para ser concluído. Para manter a patente ativa, também é

necessário pagar taxas anuais (anuidades) a partir do terceiro ano do depósito.

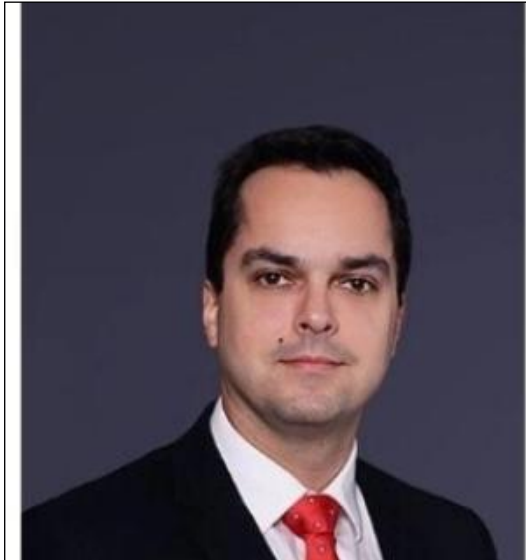
Passo a passo para registrar sua patente

Com os requisitos em mente, o processo de registro segue uma sequência lógica e totalmente digital. Proteger sua invenção exige atenção aos detalhes em cada uma das fases.

Realize uma busca prévia: antes de gastar tempo e dinheiro, pesquise na base de dados do **INPI** e em outras fontes internacionais para ter certeza de que sua invenção é realmente nova. Essa etapa evita que seu pedido seja negado por já existir algo semelhante. Faça seu cadastro no e-**INPI**: todo o processo é feito online. O primeiro passo prático é criar uma conta no sistema eletrônico do instituto, que será seu canal de comunicação para todas as etapas. Pague a Guia de Recolhimento da União (GRU): para cada fase do processo, existe uma taxa correspondente. A primeira é a de depósito do pedido. Emita e pague a guia antes de protocolar a documentação para que o sistema reconheça o pagamento. Deposite o pedido de patente: esta é a fase mais técnica. Você precisará submeter um conjunto de documentos detalhados, como o relatório descritivo, as reivindicações (que definem o escopo da proteção), desenhos técnicos, se houver, e um resumo da invenção. Acompanhe o processo: após o depósito, o pedido passa por várias fases, incluindo exames técnicos. É sua responsabilidade acompanhar as publicações na Revista da **Propriedade Industrial** (RPI), divulgada semanalmente, para responder a possíveis exigências do **INPI** dentro dos prazos legais.

Uma ferramenta de IA foi usada para auxiliar na produção desta reportagem, sob supervisão editorial humana.

Patentes, segurança jurídica e reindustrialização: Brasil e inovação



O artigo analisa os debates sobre PTA, segurança jurídica e impactos na inovação, tecnologia e industrialização no Brasil.

Patentes, segurança jurídica e reindustrialização: O Brasil pode se dar ao luxo de afastar inovação? Marc Hargen Ehlers O artigo analisa os debates sobre PTA, segurança jurídica e impactos na inovação, tecnologia e industrialização no Brasil.

quinta-feira, 28 de maio de 2026

Atualizado em 27 de maio de 2026 16:35

Tem ganhado espaço, em determinados círculos governamentais, a narrativa de que o sistema de patentes serviria primordialmente a interesses estrangeiros, especialmente de grandes multinacionais, e que eventuais atrasos na concessão de patentes pelo **INPI** não gerariam prejuízos econômicos relevantes. Em algumas versões desse discurso, sugere-se que a proteção patentária poderia impactar negativamente a balança comercial ou restringir agentes locais.

Com a devida vênia, essa visão me parece equivocada.

A discussão não deveria ser colocada entre "proteger multinacionais" ou "proteger o interesse nacional". Essa é uma falsa dicotomia.

A questão real é outra: que tipo de ambiente o Brasil quer oferecer para quem investe em inovação, pesquisa, desenvolvimento e industrialização?

Nenhuma economia que hoje lidere em tecnologia construiu sua competitividade enfraquecendo previsibilidade institucional.

Ao contrário. Segurança jurídica, estabilidade regulatória e respeito a ativos intangíveis são parte da infraestrutura econômica de qualquer país que queira competir seriamente por investimentos sofisticados.

Empresas que investem pesadamente em tecnologia não escolhem jurisdições apenas pelo tamanho do mercado consumidor. Escolhem previsibilidade. Escolhem coerência institucional. Escolhem ambientes em que as regras sejam claras e minimamente estáveis. Precisam de condições estáveis por décadas seguidas, para que um plano negócio relevante seja colocado em prática.

E isso importa ainda mais quando olhamos para a realidade brasileira.

O Brasil vive há décadas um processo claro de perda de relevância industrial. A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro caiu de forma consistente ao longo do tempo e hoje gira em torno de pouco mais de 10%, número incompatível com a ambição de um país que pretende ter protagonismo tecnológico e industrial.

Evidentemente, esse cenário não decorre exclusivamente do sistema de **propriedade intelectual**, mas de um conjunto mais amplo de fatores. Ainda assim, parece razoável considerar que a previsibilidade institucional associada à inovação também compõe esse contexto.

A indústria moderna não depende apenas de ativos físicos. Depende de tecnologia, conhecimento, transferência tecnológica e proteção de ativos intangíveis.

Quando o ambiente institucional transmite insegurança, o capital naturalmente busca alternativas.

Um dos pontos que mais chama atenção nesse debate é a tentativa de minimizar os impactos econômicos dos atrasos no exame de patentes.

Tempo, nesse contexto, tem valor econômico.

Atrasos administrativos não afetam apenas a patente concedida ao final do processo. Afetam decisões de investimento, estratégias de licenciamento, planejamento industrial e percepção geral de risco.

Muitas vezes o prejuízo ocorre antes mesmo da concessão, no momento em que uma empresa decide onde instalar uma operação, onde desenvolver determinada tecnologia ou para qual jurisdição direcionar capital.

E aqui há uma contradição que merece reflexão.

Ao mesmo tempo em que o discurso oficial fala em modernização do **INPI**, investimentos estruturais e compromisso com maior eficiência administrativa, observa-se resistência a mecanismos como o PTA - Patent Term Adjustment, cuja lógica é bastante simples: se houver atraso injustificado causado pela própria administração pública, o particular não deveria suportar integralmente esse prejuízo.

Se a promessa é de eficiência e de superação definitiva dos gargalos históricos, por que a resistência?

Se o sistema funcionará adequadamente, um mecanismo dessa natureza tenderia a ter impacto bastante limitado.

A incoerência fica ainda mais evidente quando esse posicionamento é analisado em paralelo com o apoio ao PL 2.210, que tende a restringir a flexibilidade processual dos depositantes, especialmente em matéria de emendas e adequações técnicas durante o exame.

Em outras palavras: restringe-se a margem técnica de atuação do particular e, ao mesmo tempo, rejeita-se compensação quando a demora decorre da

própria máquina pública.

Não me parece a melhor mensagem para quem observa o Brasil como potencial destino de investimento.

E isso importa porque o Brasil compete por capital.

Nosso investimento em pesquisa e desenvolvimento continua baixo em comparação internacional. Enquanto o Brasil gira em torno de pouco mais de 1% do PIB, países como Coreia do Sul investem mais de 5%, e a China já opera em patamar muito superior ao brasileiro.

Não estamos competindo isoladamente. Estamos competindo com economias que buscam ativamente atrair investimento tecnológico, industrialização sofisticada e centros de pesquisa.

Nesse cenário, sinais institucionais importam muito.

No fim, a discussão não é sobre proteger interesses estrangeiros. É sobre decidir se o Brasil quer ser apenas um grande mercado consumidor de tecnologia desenvolvida por outros ou se pretende criar condições reais para participar da economia global da inovação de forma competitiva.

Porque países que querem protagonismo tecnológico fortalecem, e não relativizam, a segurança jurídica.

Marc Hargen Ehlers Advogado, engenheiro mecânico e sócio do Dannemann Siemsen.

Dannemann Siemsen

Patentes pipeline: Conclusão do regime e reflexos para a indústria

Patentes pipeline: Conclusão do regime e reflexos para a indústria de inovação no agro Amanda Lima e Maria Luiza Barros de Silveira Decisão do STF reforça segurança jurídica e previsibilidade para inovação e investimentos no setor produtivo. quinta-feira, 28 de maio de 2026

Atualizado em 27 de maio de 2026 16:31

O STF encerrou definitivamente a ADIn 4.234 - ação que questionava a constitucionalidade das chamadas patentes pipeline. Após quase 17 anos de tramitação, a Corte decidiu, de forma unânime, pela perda de objeto da ação, uma vez que as normas impugnadas já haviam exaurido completamente sua eficácia e, portanto, concluído seu regime. O desfecho, concluído em fevereiro deste ano, é relevante e evidencia, na prática, a centralidade da segurança jurídica em prol da inovação nos setores produtivos, que por sua vez dependem de previsibilidade regulatória para investir e desenvolver novas tecnologias.

Mas, afinal, o que foram as chamadas "patentes pipeline"? Com a adesão do Brasil à OMC - Organização Mundial do Comércio e ao Acordo TRIPS, em 1995, o país precisou adequar seu sistema de **propriedade industrial** para proteger patentes em todas as áreas tecnológicas - inclusive agroquímica e farmacêutica, até então excluídas. Para viabilizar essa transição, os arts. 230 e 231 incorporados à lei de **propriedade industrial** (lei 9.279/1996) abriram uma janela de um ano para que titulares de patentes válidas no exterior pudessem requerer sua revalidação no Brasil. Estes dispositivos indicavam regras para que a transição para a nova legislação ocorresse gradativamente e de forma positiva.

Esse movimento representou avanço para o Brasil, pois gerou um aprimoramento no sistema de **propriedade industrial**, adequando os níveis de proteção do país ao resto do mundo. Naquele momento, as novas tecnologias relacionadas a biotecnologia, agroquímicos, entre outras áreas, eram pujantes e já indicavam que o futuro poderia ser ainda melhor. O feito se configurou no fortalecimento do sistema de P&D; - pesquisa& desenvolvimento, aprovação e

proteção adequada de insumos agrícolas do Brasil, que passou a produzir quase cinco vezes mais do que produzia em 1996: de 73 milhões de toneladas de grãos para 350 milhões de toneladas em 2025, enquanto a utilização de terras aumentou em ritmo menor.¹

As patentes pipeline fizeram parte desta modernização e adequação legislativa nacional, já que demonstraram que a então nova lei de **propriedade industrial** já trazia mecanismos para proteger inovações de áreas diversas desde já, buscando-se parear o país a prática e ao cenário internacional da época. Ao todo, considerando diferentes setores tecnológicos, foram concedidas mais de 800 patentes sob esse regime, todas já expiradas em razão do prazo máximo de vigência de 20 anos previsto na legislação.

Na decisão do STF, a relatora ministra Cármen Lúcia destacou que não restava objeto concreto a ser julgado, diante do esgotamento do prazo máximo de proteção e da inexistência de base legal para prorrogação dos prazos. Tal posicionamento evidencia que a segurança jurídica de decisões judiciais não se fundamenta apenas na análise isolada da demanda, mas sim dos possíveis impactos no cenário prático e jurídico. Ou seja, levam em consideração as relações já consolidadas ao longo do tempo e da construção regulatória no contexto. Além disso, o tempo entre julgamento e apresentação da demanda também se mostra como fator a ser observado - o exaurimento da eficácia da norma e estabilização de relações que foram nela baseadas é um ponto delicado e merece análise aprofundada, como bem ocorreu na ADIn relacionada a patentes pipeline.

A repercussão da decisão para o Brasil e para a indústria de inovação agrícola reforça a previsibilidade do ambiente regulatório para que agentes inovadores possam orientar seus investimentos e firmar negócios de relevância agrícola, gerando ganhos ao país. Ao não declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos e entender que o julgamento do mérito poderia gerar insegurança jurídica, o STF preserva

legitimidade das patentes concedidas sob o regime pipeline e demonstra cautela institucional ao preservar situações já estabilizadas, evitando brechas para rediscussões de situações já consumadas no tempo.

O encerramento do caso sem o julgamento do mérito é medida inteligente e corrobora com um ambiente estável para o setor de **propriedade intelectual** no agronegócio. A segurança jurídica é um princípio basilar do ordenamento jurídico brasileiro, sendo observado por meio de mecanismos, atos e sistemas que garantam a previsibilidade, a estabilidade de relações jurídicas (especialmente as que são estabelecidas entre partes privadas) e confiança nas normas. No setor agrícola inovador, o fato é ainda mais relevante, uma vez que depende dessa segurança jurídica para continuar investindo vultuosos recursos econômicos, energia, tempo e mão de obra na criação de novos produtos. Em cenários

como esse, o agronegócio brasileiro avança em produtividade, sustentabilidade e inovação.

1 <https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-atinge-novo-recorde-com-350-2-milhoes-de-toneladas-colhidas-na-safra-2024-25>

<https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/series-historicas/graos/graos-por-produtos/brasilprodutoseriehist.xls/view>

Amanda Lima Advogada e Gerente do Jurídico na CropLife Brasil.

CropLife Brasil Maria Luiza Barros de Silveira Advogada e Especialista Jurídico e de **Propriedade Intelectual** na CropLife Brasil.

CropLife Brasil

MIGALHAS nº 6.358

Quinta-Feira, 28 de maio de 2026 - Migalhas nº 6.358.

Fechamento às 07h39.

"Passamos uma semana inteira à espera do domingo, assim como passamos toda uma vida à espera do amor. Um nos dá a esperança da paz, o outro a paz da esperança."

Paulo Bomfim

Fim da escala 6x1

Na noite de ontem, a Câmara aprovou a PEC que estabelece jornada de trabalho de 40 horas semanais, com cinco dias de trabalho e dois de descanso, encerrando a famigerada escala 6x1. ()

Reescrevendo

O saudoso poeta paulistano, amigo desta Casa e autor da lírica frase que abre a edição, talvez precisasse revisar os versos à luz dos novos tempos. Doravante, a espera já não será apenas pelo domingo, mas também pelo sábado, esse irmão mais novo do descanso recém-promovido pelo Congresso. Quanto ao amor, porém, o Parlamento foi prudentemente omissivo. Certas escalas da vida seguem irredutíveis à legislação.

Você está pronto para orientar seus clientes?

Para ajudar advogados e empregadores a compreender o cenário jurídico diante do iminente fim da escala 6x1, Migalhas promove um evento online. O encontro acontece amanhã, dia 29, das 10h às 11h30. Inscreva-se. ()

Amparo à maternidade

STF decidiu que shopping centers devem manter espaço adequado para amamentação e assistência aos filhos de funcionárias das lojas. Para a Corte, os centros comerciais se enquadram no conceito de "estabelecimento" da CLT e têm responsabilidade sobre a estrutura oferecida às trabalhadoras. ()

Constitucionalissimamente

A decisão acima desafia a velha máxima de que a Constituição brasileira comporta todos os princípios imagináveis. Com algum esforço hermenêuti-

co, sempre se encontra fundamento constitucional para quase tudo. Há quem diga, aliás, que basta abrir a Constituição ao vento e apontar o dedo: algum princípio surgirá para sustentar a tese. Mas

uma coisa é proteger direitos fundamentais; outra é transformar o plenário do STF numa espécie de administração auxiliar de shopping center. Com tantas questões estruturais aguardando julgamento, causa perplexidade ver a Corte discutindo metragem de lactário em centro comercial. Não se questiona a importância da proteção à maternidade, tema nobre e civilizatório. A dúvida é outra: isso é matéria constitucional ou mais um capítulo da tendência nacional de transformar qualquer controvérsia trabalhista, consumerista ou condominial em épico constitucional? De todo modo, ganha um dia na brinquedoteca do shopping quem conseguir explicar, sem recorrer a dois ou três princípios genéricos, como isso foi parar no plenário da Suprema Corte.

Inelegibilidade mantida

Ministro Fux acompanhou Cármen Lúcia e votou contra mudanças na lei da ficha limpa que alteraram a contagem dos prazos de inelegibilidade. O julgamento ocorre no plenário virtual do STF. ()

Gás sob alerta

Ministério de Minas e Energia pediu cautela à ANP na revisão das regras do mercado de GLP e alertou para riscos de conflito com o programa Gás do Povo e possível atuação do crime organizado no setor. ()

Pedido de falência

MP/RJ pediu a conversão da recuperação judicial da Refit em falência após quase dez anos de tramitação e aumento do passivo fiscal da empresa. ()

Cartão amarelo

Juíza suspendeu temporariamente repasses do BRB ao Flamengo em contrato de parceria. ()

Luzes apagadas

Justiça paulista suspendeu projeto inspirado na Times Square que previa instalação de painéis de

LED no centro de São Paulo por possível impacto urbanístico e paisagístico. ()

Ctrl C + Ctrl V da IA

Juiz do Trabalho extinguiu ação ao concluir que réplica produzida por inteligência artificial continha contradições e não passou por revisão humana. Na decisão, afirmou que o Judiciário não é espaço para "experimentações tecnológicas desprovidas de responsabilidade ética". ()

Toga off-road

OAB/PR acionou o CNJ contra desembargador após denúncia de que um quadriciclo teria sido usado como moeda de troca em decisão judicial envolvendo dívida milionária. ()

Memória ferida

TRF-3 ampliou para R\$ 300 mil indenização a jornalista perseguido pela ditadura militar. Para o Tribunal, violações aos direitos da personalidade sofridas durante o regime não prescrevem. ()

Morto vivo

Justiça determinou reativação de CPF de idoso que descobriu estar registrado como morto ao tentar sacar a aposentadoria. ()

Sem prova da entrega

Juiz de Goiás suspendeu execução de R\$ 3,3 milhões contra produtora rural após ausência de comprovação da entrega de insumos agrícolas vinculados à dívida. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas Edilícias

Obras públicas não podem ficar presas à burocracia. Gustavo Clemente Vilela defende a celeridade na imissão provisória na posse em desapropriações, critica exigências judiciais excessivas e destaca precedentes em favor da eficiência. ()

ABC do CDC

Rizzatto Nunes aprofunda a análise do dano moral ao discutir a repercussão social da ofensa e o peso da culpa ou do dolo na fixação da indenização. ()

Direito e Sexualidade

Entre direitos, dignidade e diversidade, Leandro Reinaldo da Cunha debate os impactos e os riscos das chamadas terapias de conversão. ()

Migalhas de peso

- "A juntada de documentos depois da defesa e o Tema 311 do TST", por Patrícia Mara Lopes Abelha Vieira (Silva Matos Alves Ros). ()

- "É possível a pessoa jurídica de saúde recusar atendimento de paciente?", por Ruana Arcas (João Bosco Filho Advogados). ()

- "O peso dos números: Os dados empíricos apresentados na audiência pública do STJ sobre o Tema repetitivo 1.396", por Viviane Ferreira (PRD | Parada Advogados). ()

- "O STJ e o custo invisível das desistências imobiliárias", por Leonardo de Souza Naves Barcellos e Thaís Lunardon Toledo (Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados). ()

- "Os subcondomínios e os empreendimentos de interesse social", por José Roberto Pirajá Ramos Novaes e Marcio Martins Bonilha Filho (Timoner e Novaes Advogados). ()

- "Delação premiada e tributação do ilícito: Reflexos fiscais e patrimoniais", por Luana Doca e Hannah Hexsel (Hexsel Doca Advocacia). ()

- "Aumento de eventos climáticos extremos e o impacto jurídico nos contratos à luz da nova lei de seguros", por Lama Ibrahim (Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica). ()

- "SAC, compliance e prevenção da judicialização nas relações de consumo: Uma análise a partir do Tema 1.396 do STJ", por Bruno Durão (Durão, Almeida & Pontes Advogados Associados). ()

- "Concurso público: Candidato eliminado ou fora das vagas pode ter direito à nomeação?", por Ricardo Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Trabalho de cuidado invisível: A desigualdade de tempo que sustenta a economia e limita as mulheres", por Maria Eduarda Arcoverde, Alessandra Fernandes e Alice Sasaki Campos (Malta Advogados). ()

- "Patentes pipeline: Conclusão do regime e reflexos para a indústria de inovação no agro", por Amanda Lima e Maria Luiza Barros de Silveira (CropLife Brasil). ()

- "Patentes, segurança jurídica e reindustrialização: O Brasil pode se dar ao luxo de afastar inovação?", por Marc Hargen Ehlers (Dannemann Siemsen). ()

- "O direito ao nome como expressão dinâmica da personalidade e a superação da rigidez registral", por Mariana Barsaglia Pimentel e Leonardo Quintino (Medina Guimarães Advogados). ()

- "Sandbagging, due diligence e recuperação de crédito", por Thially Silva (Queiroz Cavalcanti Advocacia). ()

- "A beleza fora da bula: O que a série The Beauty - Lindos de Morrer nos ensina sobre canetas emagrecedoras, uso off-label e responsabilidade médica", por Lyana Oliveira Breda (LE MOS Advocacia Para Negócios). ()

- "Justiça confirma não incidência do IBS para empresas comerciais exportadoras na exportação indireta", por Thais Folgosi Françoso e Nahyana Viott Fiatkoski (FF Law). ()

IA e visibilidade jurídica

Como as ferramentas de inteligência artificial estão redefinindo a recomendação de escritórios e profissionais da advocacia no ambiente digital? A Rockham analisa os impactos da IA na visibilidade jurídica, na reputação online e nas estratégias de posicionamento do setor. ()

Baú migalheiro

Há 155 anos, em 28 de maio de 1871, foi encerrada a Comuna de Paris, governo revolucionário instaurado na capital francesa após a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana. O movimento defendia reformas sociais, autogestão popular e maior participação dos trabalhadores no poder político. A repressão promovida pelo governo francês ficou marcada pela violência. Durante a chamada "Semana Sangrenta", milhares de comunardos foram mortos, incluindo 147 líderes revolucionários fuzilados junto ao muro do Cemitério do Père-Lachaise, local que se tornou símbolo histórico da resistência popular. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Última chance de participar do sorteio da obra "O Brasil e o Sistema Internacional de Proteção aos Di-

reitos Humanos" (Editora Nauta - edição bilíngue, 350p.), escrita por Ana Flávia Magno Sandoval (Advocacia Sandoval Filho). ()

Novidades

A obra coletiva "**Propriedade Intelectual** e Tecnologias Contemporâneas" reúne artigos sobre IA, blockchain e ESG no contexto da **propriedade intelectual**. Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados) assina capítulo sobre inovação sustentável e patentes verdes. () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados preparou um material sobre a importância da revisão e atualização de contratos antigos diante das recentes mudanças legislativas, regulatórias e jurisprudenciais. ()

Migalhíssimas

Hoje e amanhã, André Menescal Advogados estará presente no evento "Jurídico do Nordeste 2026" com o videocast AM Cast. Durante a encontro, Lívia Paiva e Patrícia Caúla conduzirão o programa entrevistando alguns dos principais nomes do evento. Fernando Dizero Senise, Alexandre Pavanelli e João Gabriel Gonçalves, de Brasil Salomão e Matthes Advocacia, participam da abertura da "FI-COMEX 2026 | Edição Lisboa", em Portugal, com a palestra "Tributação Brasil - Portugal". A primeira edição internacional da "Feira Internacional de Comércio Exterior Brasil-Portugal" acontece de

hoje até 1º/6, em Lisboa. Amanhã, em cerimônia na OAB/RS, Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe) tomará posse no 2º mandato como presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem - CONIMA. Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Ética Profissional", com o tema "O procedimento nos processos disciplinares". Amanhã, às 11h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () Dia 16/6, das 8 às 12h, em SP, RMA | RONALDO MARTINS ADVOGADOS promove o evento "Por que Paraguai?", para debater oportunidades de negócios, investimentos e expansão empresarial no país. () De 29/6 a 3/7, Luiz Fernando de Almeida Guilherme (Almeida Guilherme Advogados Associados) coordena o curso de especialização "Direito, mediação e desafios das novas tecnologias, inteligência artificial e o futuro da democracia", promovido pelo Disruptive Law em conjunto com a Universidade de Salamanca. "III Workshop sobre Prevenção e Solução de

Conflitos Tributários", promovido pela Cenapret e organizado pelo Queiroz Advogados, acontece dias 20 e 21/8, para debater prevenção de litígios e negociação fiscal. Entre os participantes, Mary Elbe Queiroz. () Valter Lobato (Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados) ministrou uma aula a convite da Escola de Magistratura do TRF-6, no curso "Reforma Tributária - Desafios para a Justiça Federal". () No programa deste mês da "Escola Milaré", no YouTube do escritório Milaré Advogados, o especialista em mudanças climáticas, Julio Barboza Chiguetto, conversa com Maria Clara Rodrigues Alves Gomes para discutir a importância da adaptação climática e os desafios do novo Plano Clima Adaptação. () "Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro 2026", promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), foi marcado por grandes debates, conexões estratégicas e reflexões sobre o futuro do setor. O evento reuniu especialistas, executivos e lideranças do mercado para discutir tendências globais, desafios locais e soluções inovadoras que fortalecem a resiliência e a competitividade do mercado brasileiro de resseguros no cenário internacional. ()

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio reuniu-se com os presidentes do TRT-1 e da Cedae para tratar dos precatórios trabalhistas e reforçar o diálogo institucional sobre os pagamentos. ()

Direito notarial

AD Notare - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral realiza, nos dias 16, 17 e 18/6, curso online sobre alienação fiduciária de bem imóvel, com enfoque prático e técnico. Inscreva-se e concorra a uma bolsa ! ()

Programação de férias

FGV Direito SP e FGV Direito Rio realizam, de 20 a 31/7, a 1ª edição do "Summer School Program". A iniciativa reúne aulas em inglês sobre fintechs, IA, crimes virtuais e cibersegurança. ()

Gestão e inovação

Acontece amanhã, às 8h, a "Conferência Regional da Advocacia 2026", da OAB/SP, em São Bernardo do Campo. O encontro reunirá especialistas para debater inovação, gestão, mercado jurídico e os desafios da advocacia contemporânea. ()

Serviço à advocacia

A Unidade Móvel da AASP percorrerá cidades do interior e da Grande São Paulo ao longo de junho,

levando à advocacia serviços essenciais, como certificado digital e digitalização de processos. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Uruçuca

MG/Alagoa

MG/Barroso

RS/Horizontina

RS/Rosário do Sul

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Texas G.O.P. Calls for Unity After a Battle"

The Washington Post - EUA

"Falsehoods run wild in deadly Ebola crisis"

Le Monde - França

"Liban : Israël étend ses opérations militaires"

Corriere della Sera - Itália

"Trump gela l'Iran sull'intesa"

Clarín - Argentina

"Lanzan un salvataje estatal para deudores de préstamos y tarjetas"

El País - Espanha

"El juez sostiene que el PSOE pagó para torpedear investigaciones"

Público - Portugal

"Entidades da saúde arriscam coimas pesadas por roubo de dados do SNS"

Die Welt - Alemanha

"Wirtschaftsweise für Umbau der Krankenversicherung"

The Guardian - Inglaterra

"Mandelson vetting warned of ties to key figures in China and Russia"

O Estado de S.Paulo - São Paulo

"Câmara aprova PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Comissão da Câmara aprova fim da escala 6x1 com transição"

O Globo - Rio de Janeiro

"Vercaro pagou degustação de uísque a Castro antes de aporte no Master"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Quero Justiça pela Bárbara. A cirurgia era um sonho dela"

Correio Braziliense - Brasília

"Câmara aprova PEC que acaba com a escala 6x1"

Zero Hora - Porto Alegre

"Câmara aprova PEC que acaba com escala 6x1 e reduz jornada de trabalho para 40 horas"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Câmara aprova PEC que reduz jornada de trabalho"

EMS mira mercado bilionário com versão sintética do Ozempic no Brasil



247 - A farmacêutica EMS, do empresário Carlos Sanchez, prepara sua entrada no mercado bilionário dos medicamentos para emagrecimento, com uma versão sintética do Ozempic aprovada pela [Anvisa](#). A informação foi publicada pelo Valor Econômico.

Ainda sem data para chegar às farmácias, o produto sinaliza a dimensão da demanda no Brasil por medicamentos à base de semaglutida. Segundo a reportagem, apenas a EMS projeta faturar R\$ 500 milhões com a venda do novo medicamento. Continue lendo no Brasil 247

A movimentação ocorre após o fim da patente do Ozempic, da dinamarquesa Novo Nordisk, em março deste ano. A partir desse marco, outras grandes farmacêuticas passaram a aguardar aval da [Anvisa](#) para lançar suas próprias versões no

mercado brasileiro.

O Brasil é considerado um mercado estratégico para a indústria farmacêutica global. A forte procura por medicamentos à base de GLP-1, como Ozempic e Mounjaro, já vem alterando hábitos de consumo, rotinas alimentares e até o comportamento de setores como alimentação fora do lar e bebidas alcoólicas.

Restaurantes e empresas do setor alimentício já adaptam cardápios para atender consumidores que usam as chamadas canetas emagrecedoras. O consumo de álcool também tem sido impactado por essa nova realidade.

Os medicamentos à base de GLP-1 se tornaram o novo "blockbuster" da indústria farmacêutica mundial. A Novo Nordisk liderou esse mercado com o Ozempic, mas passou a enfrentar a concorrência da americana Eli Lilly, fabricante do Mounjaro.

Para as farmacêuticas nacionais, a abertura desse mercado representa uma oportunidade rara, comparável a momentos anteriores de expiração de patentes importantes, como a do Viagra. A disputa por uma fatia desse segmento no Brasil, ao que tudo indica, está apenas começando.

Tags: obesidade, emagrecimento, caneta emagrecedora, EMS, semaglutida

Leia as últimas notícias do 247

CNN processa Perplexity por distribuição ilegal de conteúdo

A CNN entrou com um processo nesta quinta-feira contra a Perplexity, alegando que a provedora do mecanismo de busca de inteligência artificial está distribuindo ilegalmente seu conteúdo protegido por **direitos autorais**, marcando a mais recente disputa legal entre a empresa de IA e um veículo de notícias.

"O processo da CNN defende a ideia de que a Perplexity, uma empresa avaliada em dezenas de bilhões de dólares, não deveria poder roubar de entidades que criam o conteúdo original que a Perplexity explora", disse em comunicado a empresa de notícias da Warner Bros. .

O processo da CNN é o mais recente de uma série de ações judiciais movidos contra a Perplexity, que usa inteligência artificial para vasculhar sites e responder às perguntas dos usuários, alegando que a empresa infringiu **direitos autorais** e coletou dados ilegalmente para treinar sua tecnologia.

A Perplexity está enfrentando processos judiciais do New York Times , Reddit e Dow Jones, entre outros.

"O público depende de jornalismo de alta qualidade, produzido por seres humanos, para entender o mundo ao seu redor, algo que frequentemente é perigoso e caro de produzir. Operadoras comerciais podem e devem pagar para utilizá-lo", afirmou a CNN em comunicado.

"Preferimos que o façam através de acordos de licenciamento sensatos, mas se se recusarem a fazê-lo, como a Perplexity tem recusado até agora, terão de pagar através de indenizações judiciais. Não há opção gratuita."

Desde o lançamento do ChatGPT da OpenAI em 2022, editores e redatores de notícias têm se preocupado com a possibilidade de seu conteúdo ser reutilizado para aparecer nos resultados de uma consulta de chatbot, o que tem gerado batalhas sobre **direitos autorais**, compensação e propriedade.

Diversas empresas de notícias já fecharam acordos de licenciamento e parcerias com grandes empresas de tecnologia e de inteligência artificial generativa para garantir que seus modelos tenham acesso a fontes de notícias verificadas, além de compensar os editores e incluir links para os artigos originais.

Cafés do Circuito das Águas conquistam selo de Indicação Geográfica em SP



Região da Serra da Mantiqueira obteve o reconhecimento do **Inpi** e alcançou a 15ª IG do Estado de São Paulo

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) concedeu o reconhecimento após um proces-

so de fomento e acompanhamento técnico realizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Com a certificação, a região passa a ter a 15ª Indicação Geográfica do Estado de São Paulo e a sétima voltada ao café.

A qualidade do café da região está ligada às características naturais da Serra da Mantiqueira, como a altitude elevada, além das condições do solo e do clima favoráveis ao cultivo de cafés especiais..

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, as Indicações Geográficas identificam produtos ou serviços cujas características e reputação estão diretamente ligadas à origem geográfica, ao território e aos modos de produção desenvolvidos pelas comunidades locais.

Região de Machadinho conquista primeira Indicação Geográfica de erva-mate do RS



Certificação reconhece origem e qualidade do produto na região do município, que é um dos polos ervateiros do Estado

Pela primeira vez, o Rio Grande do Sul obteve o registro de Indicação Geográfica (IG) para a erva-mate: a certificação foi concedida a Machadinho, no norte gaúcho. Nesta quinta-feira (28), durante a abertura da colheita da erva-mate, o município lançou um novo produto com o selo da certificação.

A área reconhecida pela IG inclui 10 municípios da região, que é um dos polos ervateiros do Estado. São cerca de 520 produtores, com produtividade média em torno de 1,3 mil arrobas por hectare.

Os aspectos únicos de procedência dos ervais da região foram determinantes para o reconhecimento. A presença histórica da erva-mate e a relação econômica do cultivo com a ocupação da área ajudam a explicar a conquista.

De bacon com Nutella, de sushi ou com pão de cuca: os hambúrgueres mais "diferentões" de Passo Fundo

- A região de Machadinho é caracterizada historicamente pela presença da erva-mate desde os tempos primitivos. A erva-mate na região foi o primeiro produto econômico utilizado pelos colonizadores quando aqui chegaram, no século 20 - explica o extensionista rural da Emater, Ilvandro Barreto de Melo.

Parte significativa da matéria-prima vem de uma cultivar registrada no Ministério da Agricultura, a Cambona 4, que apresenta características específi-

cas de sabor.

O que é a Indicação Geográfica

Trata-se de um registro de **propriedade intelectual** concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, ligado ao Ministério da Agricultura.

O selo identifica produtos ou serviços cujas qualidades e características únicas são essenciais e exclusivamente atribuídas à sua origem geográfica, ao seu meio natural ou ao modo de fazer tradicional de uma região

Fortalecimento econômico

Com a certificação, os produtos feitos na região passam a contar com um selo que comprova a origem, identidade e características de sabor da erva-mate. A expectativa é de que a IG fortaleça a competitividade e gere novas oportunidades de mercado.

No interior de Machadinho, o produtor Adroaldo Brandão cultiva sete hectares de erva-mate e vê a novidade com otimismo. Para ele, a certificação também exige maior organização e rigor técnico:

- Tu vai ter que se cadastrar e ver que tipo vai fazer de adubação para ter esse selo, se tu não fizer bem certinho, não pode ter se credenciar, tem que estar adequado. Acho que é um grande passo - afirma.

Produtos vencidos há quase 10 anos: duas toneladas de alimentos são apreendidas no noroeste do RS

Para obter o selo de Indicação Geográfica, a matéria-prima precisa atender a critérios técnicos definidos, como área georreferenciada e adoção de boas práticas de produção. Atualmente, cerca de 18 produtores da região estão habilitados a utilizar a certificação.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	12
Marco regulatório Anvisa	11
Marco regulatório INPI	1,2,3,13,14
Propriedade Industrial	1,4,5,13,14
Propriedade Intelectual	2,3,4,5,6,7,8,9,10,14